



Ministério da Economia
 Secretaria de Governo Digital
 Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
 Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)

Código da Natureza Jurídica

Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio

2054

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: GRIFE TRANSPORTES S.A.
 (da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP



MGP2400851918

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	013			ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DE TRANSFORMACAO
		024	2	ALTERACAO DE FILIAL NA UF DA SEDE
		020	1	ALTERACAO DE NOME EMPRESARIAL
		025	1	EXTINCAO DE FILIAL NA UF DA SEDE
		046	1	TRANSFORMACAO

CONTAGEM

Local

10 SETEMBRO 2024

Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: _____

Assinatura: _____

Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

DECISÃO SINGULAR

DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

SIM

SIM

Processo em Ordem À decisão

_____/_____/_____
 Data

NÃO ____/____/_____
 Data

Responsável

NÃO ____/____/_____
 Data

Responsável

 Responsável

DECISÃO SINGULAR

Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

Processo deferido. Publique-se e archive-se.

Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

_____/_____/_____
 Data

 Responsável

DECISÃO COLEGIADA

Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)

Processo deferido. Publique-se e archive-se.

Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência

3ª Exigência

4ª Exigência

5ª Exigência

_____/_____/_____
 Data

Vogal

Vogal

Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 31300168107 em 13/09/2024 da Empresa GRIFE TRANSPORTES S.A., Nire 31300168107 e protocolo 244917132 - 22/08/2024. Efeitos do registro: 13/09/2024. Autenticação: 325B61C653A9E7057853F8C19F09CB544771F. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24/491.713-2 e o código de segurança h0qz. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/09/2024 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
 SECRETÁRIA GERAL



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
24/491.713-2	MGP2400851918	08/08/2024

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
076.242.126-68	HERMANO JOSE RIBEIRO DE CARVALHO

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE TRANSFORMAÇÃO DE SOCIEDADE
EMPRESÁRIA LIMITADA EM SOCIEDADE ANÔNIMA**

“GRIFE TRANSPORTES LTDA.”

CNPJ: 25.406.384/0001-78

NIRE: 3121068976-1

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE
TRANSFORMAÇÃO REALIZADA EM 19 DE JULHO DE 2024.**

Sumário dos fatos ocorridos e deliberações tomadas – art. 130, §1º da Lei nº 6.404/76.

1. Data, Hora e Local: Aos 19 (dezenove) de julho de 2024 (dois mil e vinte e quatro), às 18:00h (dezoito horas), na sede da sociedade, localizada na Rua Joaquim José, nº 1.315, Bairro Fonte Grande, Município de Contagem/MG, CEP: 32.013-390.

2. Comparecentes:

HERMANO BRAZ DE CARVALHO LAMOUNIER, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da Carteira de Identidade de nº M-172.528, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 204.502.496-20, nascido aos 22/07/1955, residente e domiciliado na Rua Rio de Janeiro, nº 1.881, apto. 402, Bairro Lourdes, Município de Belo Horizonte/MG, CEP 30.160-042;

HERMANO JOSÉ RIBEIRO DE CARVALHO, brasileiro, casado sob o regime de comunhão universal de bens, advogado, portador da Carteira de Identidade de nº M-2.284.079, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 076.242.126-68, nascido aos 09/09/1937, residente e domiciliado na Rua Pedro Sigaud, nº 165, apto 204, Bairro Grajaú, Município de Belo Horizonte/MG, CEP 30.431-160.

3. Mesa diretora dos trabalhos:

Presidente: **HERMANO BRAZ DE CARVALHO LAMOUNIER**

Secretário: **HERMANO JOSÉ RIBEIRO DE CARVALHO**

4. Agenda dos trabalhos:

4.1. Extinção da Filial I – Fazenda Baixa Funda, s/n, Bairro: Zona Rural, Município de Pedra Azul/MG, CEP: 39.970-000;

4.2. Alteração de endereço da Filial II;

4.3. Alteração de endereço da Filial V;

4.4. Transformação da empresa **GRIFE TRANSPORTES LTDA.**, de sociedade empresária limitada em sociedade anônima e aprovação do Estatuto Social que a gerará;



4.5. Eleição da Diretoria para o período de 2024/2027;

4.6. Fixação da remuneração do membro da Diretoria;

4.7. Outros assuntos de interesse da sociedade.

5. Declarações preliminares do Presidente da Assembleia:

5.1. Que os comparecentes são os únicos sócios da sociedade empresária limitada denominada “**GRIFE TRANSPORTES LTDA.**”, cujo contrato foi devidamente registrado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais (JUCEMG), sob o NIRE nº 3121068976-1, cujo capital registrado atual é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), divididos em 100.000 (cem mil) quotas de R\$ 1,00 (um real) cada, totalmente integralizado, pertencendo ao Sr. **HERMANO BRAZ DE CARVALHO LAMOUNIER**, 99.999 (noventa e nove mil, novecentas e noventa e nove) quotas no valor unitário de R\$ 1,00 (um real), totalizando R\$ 99.999,00 (noventa e nove mil, novecentos e noventa e nove reais) e ao Sr. **HERMANO JOSÉ RIBEIRO DE CARVALHO** 1 (uma) quota no valor unitário de R\$ 1,00 (um real), totalizando R\$ 1,00 (um real)

5.2. Que não haverá qualquer alteração no objeto social da sociedade;

5.3. Que as ações representativas da novel sociedade anônima serão as mesmas que representavam a sociedade limitada, permanecendo os acionistas com as mesmas quantidades de parcelas do capital social, conforme boletim de subscrição que integra o presente e que é rubricado pelos comparecentes;

5.4. Que, em assim sendo, submetia aos presentes a pauta dos trabalhos acompanhada do projeto do Estatuto, assim como o Boletim de Subscrição de Ações, assinados digitalmente pelos subscritores.

6. Deliberações: Tomadas por unanimidade de votos sem quaisquer ressalvas.

6.1. Aprovada a extinção da filial I da sociedade, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 25.406.384/0004-10 e NIRE nº 3190250385-1 com sede na Fazenda Baixa Funda, s/n, Bairro: Zona Rural, Município de Pedra Azul/MG, CEP: 39.970-000;

6.2. Aprovada a alteração de endereço da filial II. A Filial II com sede na Estrada do Piabanha, KM 15, s/n, Bairro: Zona Rural, Município de Salto da Divisa/MG, CEP: 39.925-000, inscrita sob o CNPJ/MF sob o nº 25.406.384/0002-59 e NIRE nº 3190250383-4, passa a situar-se na Avenida Viúva Paculdino, nº 390 D, Galpão 03, Bairro Jaraguá, Município de Montes Claros/MG, CEP: 39.404-847.

6.3. Aprovada a alteração de endereço da filial V. A Filial V com sede na Av. Presidente Tancredo de Almeida Neves, nº 4.200, Bairro Caladinho, Município de Coronel Fabriciano/MG, CEP: 35.171-302, inscrita sob o CNPJ/MF sob o nº 25.406.384/0006-82 e NIRE nº 3190257253-4, passa a situar-se na Rua A, nº 248-A,



Bairro Parque Industrial Novo Reno, Município de Coronel Fabriciano/MG, CEP: 35.171-601.

6.4. Aprovada a transformação da sociedade, nos termos dos arts. 220 e seguintes da Lei nº 6.404/76, passando a sociedade empresária limitada a se constituir em uma sociedade anônima, que se regerá pela legislação específica e por seu Estatuto aprovado na forma da lei;

6.5. Aprovado o Estatuto que regerá a nova sociedade, cuja redação é a seguinte:

“

ESTATUTO SOCIAL GRIFE TRANSPORTES S.A.

CAPÍTULO I DA DENOMINAÇÃO, SEDE FORO, OBJETO SOCIAL E DURAÇÃO

Art. 1º - A denominação da sociedade é **GRIFE TRANSPORTES S.A.**, que se regerá pelas disposições contidas neste estatuto e na legislação vigente aplicável.

Art. 2º - A sociedade tem sua sede social na Rua Joaquim José, nº 1.315, Bairro Fonte Grande, Município de Contagem/MG, CEP: 32.013-390 e os seguintes estabelecimentos filiais:

Filial II - Avenida Viúva Paculdino, nº 390 D, Galpão 03, Bairro Jaraguá, Município de Montes Claros/MG, CEP: 39.404-847;

Filial III - Rodovia MG-164, KM 02, S/N, Zona Rural, Município de Itapecerica/MG, CEP: 35.550-000;

Filial IV - Rua Iraquara, nº 24, Bairro Jardim IV Centenário, Município de Guarulhos/SP, CEP: 07.161-550;

Filial V - Rua A, nº 248-A, Bairro Parque Industrial Novo Reno, Município de Coronel Fabriciano/MG, CEP: 35.171-601;

Filial VI - Av. Industrial, nº 200, Bairro Distrito Industrial, Município de Governador Valadares/MG, CEP: 35.040-610;

Filial VII - Rua Antônio Soares Figueiredo, S/N, Bairro Belvedere, Município de Pedra Azul/MG, CEP: 39.970-000.

Parágrafo Primeiro: O foro competente é o da comarca de Contagem, Estado de Minas Gerais.

Parágrafo Segundo: A diretoria, quando julgar conveniente, poderá criar e instalar outras filiais, agências, escritórios, depósitos e outras dependências em qualquer parte do País ou no exterior, independente de autorização da Assembleia Geral.



Art. 3º - A sociedade tem por objeto social o transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional. Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal. Transporte rodoviário de produtos perigosos intermunicipal, interestadual e internacional sem armazenamento no depósito/galpão. Locação de automóveis sem condutor. Locação de caminhões, carretas, reboques, semirreboques e ônibus sem condutor. Aluguel de empilhadeiras para movimentação de cargas, guinchos, guindastes, máquinas, aparelhos e equipamentos comerciais e industriais sem operador. Aluguel de veículos rodoviários com motorista, intermunicipal, interestadual e internacional. Aluguel de veículos rodoviários com motorista, municipal. Aluguel de guinchos, guindastes, empilhadeiras para movimentação, carga e descarga de mercadorias, com operador. Carga e descarga. Organização logística do transporte de carga e o Depósito de mercadorias para terceiros exceto os produtos perigosos, químicos, inflamáveis, medicamentos e refrigerados e exceto atividade de armazéns gerais e guarda-móveis, bem como a atividade de intermediação e agenciamento de serviços e negócios, exceto imobiliários.

Parágrafo Único: A filial IV com sede no Município de Guarulhos/SP terá como objeto social o Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional. Transporte rodoviário de carga municipal, depósito de mercadorias para terceiros, carga e descarga, transporte rodoviário de produtos perigosos.

Art. 4º - É indeterminado o prazo de duração da sociedade, e o início de suas atividades se deu quando do arquivamento da respectiva ata de constituição no registro público competente.

CAPÍTULO II CAPITAL, AÇÕES E ACIONISTAS

Art. 5º - O Capital Social é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), dividido em 50.000 (cinquenta mil) ações ordinárias e 50.000 (cinquenta mil) ações preferenciais, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente integralizado.

Parágrafo Primeiro: As ações serão nominativas e os títulos que as representam poderão ser desdobrados sempre que assim desejar o acionista.

Parágrafo Segundo: As ações preferenciais não têm direito a voto, gozando, contudo, da prioridade na distribuição do dividendo legal obrigatório.

Art. 6º - Somente os titulares de ações ordinárias nominativas poderão exercer o direito de voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Art. 7º - A sociedade poderá aumentar o capital social mediante subscrição particular de ações, cujo preço de emissão deverá ser fixado pela Assembleia Geral.



Parágrafo Primeiro: Na proporção do número de ações que possuírem, de cada espécie, os acionistas terão preferência para subscrição dos aumentos de capital.

Parágrafo Segundo: Deverá a sociedade, em qualquer época, em virtude do aumento de Capital, emitir ações preferenciais, sem direito a voto, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do total das ações emitidas, obedecidos os critérios legais, declarando, no ato, as vantagens e preferências a elas atribuídas, bem como as restrições a que estarão sujeitas.

Parágrafo Terceiro: A Assembleia Geral estabelecerá em que condições será realizada a subscrição de ações do aumento do capital, o que constará do boletim de subscrição.

Art. 8º - No caso de algum acionista desejar vender, alienar, ceder, transferir suas ações, toda ou parte das mesmas, assim como, desejar realizar qualquer operação em relação aos direitos sobre as mesmas, deverá manifestar esse interesse, por escrito, identificando o interessado, bem como o preço e as condições em que a operação irá se realizar. Necessário é o conhecimento desse interesse pelos demais acionistas, para que os mesmos possam exercer o direito de preferência em condições de igualdade.

Parágrafo Primeiro: Os acionistas, depois de notificados quanto ao interesse do acionista em transferir a qualquer título suas ações ou parte delas, ou ainda, dos direitos sobre as mesmas, terão o prazo de 30 (trinta) dias para exercerem o direito de preferência em condições de igualdade, nos termos da comunicação remetida pelo acionista alienante ou cedente.

Parágrafo Segundo: Se algum ou alguns dos acionistas não desejarem adquirir as ações a que tem direito na proporção das que são possuidores, ou ainda, adquirir parte delas, os demais acionistas poderão adquirir estas ações, sempre dentro das proporções a que têm direito.

Parágrafo Terceiro: Se os acionistas não se manifestarem no prazo identificado no parágrafo primeiro, de suas intenções de adquirirem todas, ou parte das ações ou ainda dos direitos sobre as mesmas nas condições que lhe foram oferecidas, o acionista alienante, cedente ou que pretender realizar a operação, ficará livre para proceder à alienação, cessão ou transferência das ações ou parte delas ou ainda dos direitos sobre as mesmas.

Parágrafo Quarto: Na eventualidade da alienação, da cessão ou transferência ou do direito sobre a mesma não se realizar, ou se realizar apenas parcialmente, ou o acionista dispor apenas de parte das ações ou dos direitos sobre as mesmas, para proceder a uma nova operação, mesmo que seja, com o mesmo interessado, deverá novamente dar cumprimento as condições do Estatuto Social.

Parágrafo Quinto: Em não sendo atendido as condições do presente artigo, a operação de alienação, de cessão ou qualquer outro título que a mesma for realizada, seja a que título for, não será reconhecida pela Companhia.



Parágrafo Sexto: O direito de preferência de que trata a presente cláusula é assegurado tão somente aos acionistas possuidores da mesma espécie de ação que se desejam vender, alienar, ceder, transferir, na proporção das que são possuidores.

Art. 9º - Nos termos do artigo 118 e seus parágrafos da Lei nº 6.404/76, a Companhia deverá observar e respeitar quaisquer acordos de acionistas que versarem sobre direitos de compra e venda, transferências, cessão ou outras operações, acordos estes que deverão ser transcritos nos livros da sociedade.

CAPÍTULO III **ASSEMBLEIAS GERAIS**

Art. 10 - As Assembleias Gerais serão ordinárias e extraordinárias e serão convocadas e realizadas na forma da lei.

Parágrafo Primeiro: A Assembleia Geral Ordinária reunir-se-á, anualmente, até 04 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social para:

I - tomar as contas dos Administradores, discutir e votar as Demonstrações Financeiras e Contábeis;

II - deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e distribuição de dividendos;

III - eleger os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, quando for o caso.

Parágrafo Segundo: A Assembleia Geral Extraordinária realizar-se-á sempre que houver justificada conveniência, para tratar exclusivamente de assuntos objeto de sua convocação.

Parágrafo Terceiro: A Assembleia Geral Ordinária e Assembleia Geral Extraordinária poderão ser, cumulativamente, convocadas e realizadas no mesmo dia, hora e local e instrumentadas em ata única.

Art. 11 - Compete à Diretoria, por qualquer de seus membros, a convocação das Assembleias Gerais. Nos anúncios de convocação deverá constar a ordem do dia, o local, data e hora da reunião da Assembleia.

Art. 12 - À Assembleia Geral compete fixar o montante da remuneração dos Diretores.

Art. 13 - As pessoas presentes à Assembleia Geral deverão provar a qualidade de acionistas da sociedade. Os titulares das ações, se exigindo, exibirão documento hábil de sua Identidade ou de representação.

Art. 14 - Antes de instalada a Assembleia Geral os acionistas assinarão o Livro de "Presença de Acionistas", com as formalidades de praxe.



Art. 15 - A Assembleia Geral será instalada por um dos Diretores, sendo escolhidos o Presidente e o Secretário da mesa pelos acionistas presentes, cabendo ao Presidente verificar a regularidade da instalação da Assembleia Geral e determinar a ordem dos trabalhos.

Art. 16 - As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria absoluta de votos dos acionistas presentes, não se computando os votos em branco e ressalvadas as exceções previstas em lei.

CAPÍTULO IV **ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE**

Art. 17 - A Administração da sociedade competirá à Diretoria, composta de 1 (um) membro eleito e destituível a qualquer tempo pela Assembleia Geral.

Parágrafo Primeiro: Somente poderá ser eleito para membro da Diretoria pessoa natural, residente no país, acionista ou não da sociedade.

Parágrafo Segundo: A Diretoria será investida em seu cargo mediante assinatura do Termo de Posse lavrado no Livro de "Atas de Reuniões da Diretoria".

Art. 18 - O Prazo de gestão do membro da Diretoria é de 3 (três) anos, admitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro: O prazo de gestão estender-se-á até a investidura dos novos Diretores eleitos.

Parágrafo Segundo: O membro da Diretoria está dispensado da prestação de garantia de gestão.

Art. 19 - Compete ao Diretor:

- I - assinar, cheques, demonstrações financeiras e contábeis, contratos e outros documentos que estabeleçam direitos ou obrigações entre a Sociedade;
- II - elaborar os relatórios financeiros para efeito de prestação de contas no final do exercício;
- III - elaborar o orçamento para o exercício, quando requerido por qualquer dos acionistas ou pela Assembleia Geral;
- IV - organizar e manter rigorosamente em dia a escrituração contábil da Sociedade;
- V - exercer a administração financeira da Sociedade.
- VI - secretariar as reuniões, lavrando as respectivas atas;
- VII - zelar pela guarda dos arquivos, livros, pastas e demais assentamentos da Sociedade;



VIII - administrar o pessoal da Sociedade;

IX - colaborar com a administração da Sociedade;

X - elaborar o plano anual de atividades, quando requerido por qualquer dos acionistas ou pela Assembleia Geral.

XI - apresentar aos demais acionistas, relatórios, planos de trabalho, balanços financeiros ou patrimoniais;

XII - zelar pelo funcionamento regular da Sociedade e fazer cumprir as deliberações da Assembleia Geral;

XIII - a execução dos trabalhos definidos pela Diretoria na captação de negócios para a sociedade.

XIV - a apresentação anual de planejamento das operações da sociedade para análise e definição de sua execução.

Art. 20 - No caso de vacância definitiva do cargo de Diretor ou impedimento do mesmo, será convocada Ata de Assembleia Geral para realizar a nomeação de um novo Diretor.

Art. 21 - A Sociedade poderá, através da assinatura do membro único da Diretoria, nomear procuradores para representá-la, dentro dos limites dos poderes conferidos nos respectivos mandatos que terão sempre prazo determinado e não superior a um ano, ressalvados apenas os mandatos para fins judiciais que terão duração indeterminada.

CAPÍTULO V CONSELHO FISCAL

Art. 22 - A sociedade terá um Conselho Fiscal, composto de 3 (três) membros, com igual número de suplentes, residentes no país, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral, desde que esta requeira sua instalação.

Parágrafo Único: O Conselho Fiscal será instalado pela Assembleia Geral, a pedido de acionistas que representem, no mínimo, 1/10 (um décimo) das ações com direito a voto ou 5% (cinco por cento) das ações sem direito a voto e cada período de funcionamento terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária após a sua instalação.

CAPÍTULO VI DOS BENS DA SOCIEDADE

Art. 23 - Para que seja efetuada a venda de quaisquer bens de propriedade da sociedade, que integrem ou não o ativo circulante, independentemente de seu valor, será necessário a assinatura do Diretor.



CAPÍTULO VII
DO EXERCÍCIO SOCIAL E DIVIDENDOS

Art. 24 - O exercício social terá seu término no dia 31 de dezembro de cada ano, oportunidade em que serão elaboradas as demonstrações financeiras, obedecidas as normas técnicas e legais aplicáveis.

Art. 25 - Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, a Diretoria apresentará proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício.

Art. 26 - Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos porventura acumulados e a provisão para o Imposto de Renda.

Art. 27 - O lucro líquido do exercício é o resultado que remanescer depois de feitas as deduções de que trata o art. 30 do presente.

Art. 28 - Do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, 5% (cinco por cento) serão aplicados na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social, destinada a assegurar a integridade do mesmo, e que somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumento de capital.

Art. 29 - A Assembleia Geral poderá, por proposta da Diretoria, destinar parte do lucro líquido à formação de Reservas para contingências com a finalidade de compensar, em exercícios futuros, a diminuição do lucro decorrente de perda julgada provável, cujo valor possa ser estimado.

Art. 30 - Por proposta da Diretoria, a Assembleia Geral poderá destinar parte do lucro líquido para constituição de reservas de lucros a realizar, nas hipóteses e limites da lei.

Art. 31 - Os Acionistas têm direito a receber, como dividendos, 15% (quinze por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores:

- I - quota destinada à constituição de Reserva Legal;
- II - importância destinada à formação para Reserva de Contingências, e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores e não utilizadas;
- III - lucros a realizar transferidos para a constituição da Reserva de Lucros a realizar e Lucros anteriormente registrados nessa Reserva que tenham sido realizados no exercício.

Art. 32 - A Assembleia Geral deliberará sobre o destino a ser dado ao saldo que ficar, depois de fixado o dividendo.



Art. 33 - O dividendo previsto neste Estatuto não será obrigatório no exercício social em que os órgãos da Administração informarem à Assembleia Geral Ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da sociedade.

Parágrafo Único: Os lucros que deixarem de ser distribuídos nos termos deste artigo, serão registrados como Reserva Especial e, se não absorvidos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que o permitir a situação financeira da sociedade.

Art. 34 - Por deliberação da Assembleia Geral, mediante proposta da Diretoria e ouvido o Conselho Fiscal, se em funcionamento, desde que não haja oposição de qualquer acionista presente, poderá haver a distribuição de dividendos inferiores ao obrigatório ou a retenção de todo o lucro.

Art. 35 - A Diretoria, ouvido o Conselho Fiscal, se em funcionamento, poderá determinar a distribuição antecipada de dividendos, com base em Balanço Intermediário, *ad referendum* da Assembleia Geral, especialmente levantado para tal fim.

Art. 36 - Para os fins de que trata este capítulo, as deliberações a serem tomadas em Assembleia ficam sujeitas à aprovação de no mínimo 50% (cinquenta por cento) do capital votante da sociedade.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 37 - A sociedade entrará em dissolução, liquidação ou extinção nos casos previstos em lei, ou quando assim desejar a Assembleia Geral, por decisão unânime dos acionistas.

Parágrafo Único: A Assembleia Geral nomeará o liquidante e determinará o modo de liquidação, elegerá um Conselho Fiscal que deve funcionar durante o período de liquidação.

Art. 38 - A sociedade não se dissolverá pela morte, interdição, falência ou insolvência de quaisquer de seus acionistas, podendo, a juízo dos acionistas remanescentes, ser(em) admitido(s) à sociedade o(s) sucessor(es) detentor(es) da titularidade das quotas patrimoniais."

6.6. Eleito para o período de 2024/2027, cujo mandato se iniciará na data de registro do presente estatuto social e se encerrará extraordinariamente em 30/04/2027, o acionista Sr. **HERMANO BRAZ DE CARVALHO LAMOUNIER**, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da Carteira de Identidade de nº M-172.528, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 204.502.496-20, nascido aos 22/07/1955, residente e domiciliado na Rua Rio de Janeiro, nº 1.881, apto. 402, Bairro Lourdes, Município de Belo Horizonte/MG, CEP 30.160-042 para o cargo de Diretor.

6.7. Arbitrado o valor do honorário do Diretor eleito em R\$ 1.412,00 (mil, quatrocentos e doze reais).



6.8. Registrada a não solicitação dos presentes para a instalação do Conselho Fiscal.

7. **Encerramento:** Lida a presente, foi a mesma aprovada e assinada por todos os comparecentes, tendo sido autorizada a sua lavratura em três vias de igual teor e forma para os ulteriores efeitos de direito.

8. **Autenticação:** Confere com o original lavrado no livro próprio.

Contagem/MG, 19 de julho de 2024.

HERMANO BRAZ DE CARVALHO LAMOUNIER
Presidente/Diretor/Acionista

HERMANO JOSÉ RIBEIRO DE CARVALHO
Secretário/Acionista

Visto do Advogado:

Tiago Abreu Gontijo
OAB/MG 96.242





JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
24/491.713-2	MGP2400851918	08/08/2024

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
204.502.496-20	HERMANO BRAZ DE CARVALHO LAMOUNIER
076.242.126-68	HERMANO JOSE RIBEIRO DE CARVALHO
013.421.386-60	TIAGO ABREU GONTIJO

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



ANEXO I
GRIFE TRANSPORTES S.A.
BLETIM DE SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES
ANEXO À AG DE TRANSFORMAÇÃO DE 19/07/2024

Boletim de subscrição do capital da **GRIFE TRANSPORTES S.A.**, no montante de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), dividido em 50.000 (cinquenta mil) ações ordinárias e 50.000 (cinquenta mil) ações preferenciais, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, capital social esse, que foi subscrito e integralizado, ficando assim distribuído entre os acionistas:

NOME E QUALIFICAÇÃO DOS SUBSCRITORES	QUANTIDADE DE AÇÕES		TOTAIS	
	ORDINÁRIAS	PREFERENCIAIS	QUANTIDADES	VALORES - R\$
HERMANO BRAZ DE CARVALHO LAMOUNIER , brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da Carteira de Identidade de nº M-172.528, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 204.502.496-20, nascido aos 22/07/1955, residente e domiciliado na Rua Rio de Janeiro, nº 1.881, apto. 402, Bairro Lourdes, Município de Belo Horizonte/MG, CEP 30.160-042	49.999	50.000	99.999	99.999,00
HERMANO JOSÉ RIBEIRO DE CARVALHO , brasileiro, casado sob o regime de comunhão universal de bens, advogado, portador da Carteira de Identidade de nº M-2.284.079, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 076.242.126-68, nascido aos 09/09/1937, residente e domiciliado na Rua Pedro Sigaud, nº 165, apto 204, Bairro Grajaú, Município de Belo Horizonte/MG, CEP 30.431-160.	1	0	1	1,00
TOTAL	50.000	50.000	100.000	100.000,00

Contagem/MG, 19 de julho de 2024.

HERMANO BRAZ DE CARVALHO LAMOUNIER
Presidente/Diretor/Acionista

HERMANO JOSÉ RIBEIRO DE CARVALHO
Secretário/Acionista

Visto do Advogado:

Tiago Abreu Gontijo
OAB/MG 96.242



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 31300168107 em 13/09/2024 da Empresa GRIFE TRANSPORTES S.A., Nire 31300168107 e protocolo 244917132 - 22/08/2024. Efeitos do registro: 13/09/2024. Autenticação: 325B61C653A9E7057853F8C19F09CB544771F. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24/491.713-2 e o código de segurança h0qz Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/09/2024 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Anexo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
24/491.713-2	MGP2400851918	08/08/2024

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
204.502.496-20	HERMANO BRAZ DE CARVALHO LAMOUNIER
076.242.126-68	HERMANO JOSE RIBEIRO DE CARVALHO
013.421.386-60	TIAGO ABREU GONTIJO

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 31300168107 em 13/09/2024 da Empresa GRIFE TRANSPORTES S.A., Nire 31300168107 e protocolo 244917132 - 22/08/2024. Efeitos do registro: 13/09/2024. Autenticação: 325B61C653A9E7057853F8C19F09CB544771F. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24/491.713-2 e o código de segurança h0qz Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/09/2024 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

pág. 16/19



TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa GRIFE TRANSPORTES S.A., de NIRE 3130016810-7 e protocolado sob o número 24/491.713-2 em 22/08/2024, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 31300168107, em 13/09/2024. O ato foi deferido eletronicamente pela 4ª TURMA DE VOGAIS.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sítio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
076.242.126-68	HERMANO JOSE RIBEIRO DE CARVALHO

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
204.502.496-20	HERMANO BRAZ DE CARVALHO LAMOUNIER
076.242.126-68	HERMANO JOSE RIBEIRO DE CARVALHO
013.421.386-60	TIAGO ABREU GONTIJO

Anexo

Assinante(s)	
CPF	Nome
204.502.496-20	HERMANO BRAZ DE CARVALHO LAMOUNIER
076.242.126-68	HERMANO JOSE RIBEIRO DE CARVALHO
013.421.386-60	TIAGO ABREU GONTIJO

Belo Horizonte, sexta-feira, 13 de setembro de 2024



Documento assinado eletronicamente por VALQUIRIA APARECIDA ASSIS em 13/09/2024, às 09:53 conforme horário oficial de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por Inacio Lins de Resende Reis em 13/09/2024, às 09:53 conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucemg](http://www.jucemg.mg.gov.br) informando o número do protocolo 24/491.713-2.





Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governador do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL



Documento assinado eletronicamente por Raymundo de Almeida Vianna em 13/09/2024, às 09:53 conforme horário oficial de Brasília.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



A autenticidade desse documento pode ser conferida no [portal de serviços da jucemg](http://portal.de.servicos.da.jucemg) informando o número do protocolo 24/491.713-2.

Página 2 de 2



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 31300168107 em 13/09/2024 da Empresa GRIFE TRANSPORTES S.A., Nire 31300168107 e protocolo 244917132 - 22/08/2024. Efeitos do registro: 13/09/2024. Autenticação: 325B61C653A9E7057853F8C19F09CB544771F. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24/491.713-2 e o código de segurança h0qz. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/09/2024 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 18/19



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais



Belo Horizonte. sexta-feira, 13 de setembro de 2024



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 31300168107 em 13/09/2024 da Empresa GRIFE TRANSPORTES S.A., Nire 31300168107 e protocolo 244917132 - 22/08/2024. Efeitos do registro: 13/09/2024. Autenticação: 325B61C653A9E7057853F8C19F09CB544771F. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 24/491.713-2 e o código de segurança h0qz. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 13/09/2024 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.


MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA-GERAL